MANA 8(1):213-240, 2002

RESENHAS

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp.

Andréa Moraes Alves
Doutoranda, PPGAS-MN-UFRJ,
Escola de Serviço Social/UFRJ

O tema da criminalidade e seus efeitos vem despertando o interesse de pesquisadores brasileiros desde o início dos anos 80. Nessa mesma época, passa a ser registrado, através de instrumentos de medição estatística, um aumento vertiginoso dos crimes violentos nas grandes cidades do país. Enquanto vários trabalhos se concentraram em explicar o porquê desse crescimento da violência urbana, Teresa Caldeira escolheu um caminho ousado: estudar a relação entre criminalidade, democracia e espaço urbano. Desse desafio nasceu o livro *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*.

Baseada em depoimentos de moradores de bairros diferentes da cidade de São Paulo, colhidos entre 1989 e 1991, Teresa Caldeira analisa seus discursos em relação à criminalidade, às instituições democráticas e aos direitos civis. A tese central da autora é a de que se configura na sociedade brasileira aquilo que ela e James Holston, em artigo de 1998 ("Democracy, Law, and Violence: Disjunctions of Brazilian Citizenship"), qualificam de "democracia disjuntiva". Este conceito, embora não seja exaustivamente trabalhado no livro, é a mola mestra da argumentação da autora. Caldeira avalia que uma das maiores contradições do Brasil contemporâneo reside no fato de que a expansão da cidadania política, através do processo de transição democrática, se desenvolveu *pari passu* com a deslegitimação da cidadania civil e a emergência de uma noção de espaço público fragmentado e segregado, daí o caráter disjuntivo desse processo de democratização. Os depoimentos dos entrevistados sobre a criminalidade urbana, a instituição policial, os direitos humanos e as práticas de privatização do espaço com o objetivo de manutenção da segurança e afastamento da ameaça à mesma revelam e reproduzem essa disjunção.

Na primeira parte do livro, Caldeira apresenta narrativas sobre o crime e os criminosos, mostrando como elas ressignificam a experiência do crime e reproduzem estereótipos sobre a diferença. O discurso sobre o crime é um discurso classificatório que estabelece fronteiras nítidas entre o bem e o mal. Ponto alto da pesquisa de Caldeira, essa parte do livro consegue, através das entrevistas, mostrar esse princípio classificatório em funcionamento. A fala da senhora de classe média, imigrante da Itália, que se refere a outros migrantes mais recentes, os nordestinos, como

responsáveis pelo aumento da criminalidade no seu bairro, é um bom exemplo dessa dinâmica de criação de distanciamentos. O princípio classificatório é capaz de transformar a categoria que estaria mais próxima do narrador – pela condição de migrante –, mas que é diferente – de outra classe social –, em um outro distante e condenado. Ainda mais interessante no trabalho, é que essa criação de fronteiras não se limita a um universo social, Caldeira mostra como o mesmo mecanismo atua entre moradores da periferia e de bairros de elite da cidade de São Paulo.

Nas partes II e III do livro, a autora aborda dois aspectos ilustrativos da "democracia disjuntiva": a instituição policial e os "enclaves fortificados". Os enclaves "são propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem regras de inclusão e exclusão." (:258) A polícia e os enclaves serão tomados, assim como os discursos sobre a criminalidade urbana, como formas de expressão da lógica de exclusão e segregação existente na sociedade brasileira contemporânea, formas que convivem com características democráticas dessa mesma sociedade, por isso são exemplos do caráter disjuntivo de nossa democracia. Aqui se apresentam os maiores problemas no argumento da autora.

No início da parte II, ela critica uma visão dicotômica da realidade social, argumentando que os limites entre público/privado, legal/ilegal não são rigidamente definidos como pares de oposição estanques. "Essas dicotomias forçam distinções que não existem na vida social, onde freqüentemente ocorrem simultaneamente e sobrepõem-se umas às outras. Essas dicotomias não captam o caráter essencialmente dinâmico e com freqüência paradoxal das práticas sociais" (:141-142). A autora afirma que análises sobre a sociedade brasileira que recorrem a essas dicotomias, como as feitas por Roberto DaMatta, por exemplo, acabam por enfatizar a existência de contradições entre relações sociais hierárquicas e espaço público impessoal como algo não só peculiar à sociedade brasileira mas que caracterizaria nossa "modernidade incompleta". Teresa Caldeira critica esta noção porque, para ela, "a questão central não é se há formações sociais com princípios e práticas contraditórios, algo que poderíamos provavelmente encontrar em qualquer sociedade, mas sim como devemos interpretar essas contradições." (:141) No entanto, ao deter-se sobre as práticas policiais e sobre a construção de muros, grades e fortificações em residências e áreas comerciais da cidade, a autora recorre a um raciocínio polarizador, usando argumentos que contradizem sua crítica teórica. O fracasso das tentativas do governo de São Paulo em aplicar medidas de garantia dos direitos humanos é atribuído a uma "cultura de violência" que imperaria na própria instituição policial e na sociedade como um todo, cultura esta que justifica práticas de tortura e de desrespeito aos direitos civis. Da mesma forma, os condomínios fechados e *shoppings centers* são vistos como espaços segregadores e homogeneizadores em oposição ao espaço público moderno – heterogêneo e aberto. Tudo se passa como se duas lógicas opostas estivessem em confronto: de um lado, a lógica da democracia,

dos direitos civis e de suas instituições; do outro, a lógica da violência e da segregação. Esta última estaria sempre ameaçando o sucesso da primeira, tornando-se um entrave para o pleno desenvolvimento da democracia no país. Voltamos ao paradigma da "modernidade incompleta".

Um olhar mais aprofundado sobre as práticas policiais e sobre a vida cotidiana nos "enclaves fortificados" evidencia mais nuanças e contradições do que poderíamos esperar à primeira vista. Nem sempre a segregação e a violência são as marcas desses espaços. Da mesma forma, nem sempre o Estado de direito e os espaços públicos, como as praças e ruas, são vistos como arenas da diversidade. As situações e contextos onde essas fronteiras se mesclam são essenciais para compreendermos as interpretações que os indivíduos fazem de sua própria sociedade. Apesar de estar consciente disso, a autora pouco explora esse raciocínio em seu trabalho.

Na parte final do livro, escrita mais recentemente, ela volta a insistir nas duas lógicas opostas: "No contexto da transição para a democracia, o medo do crime e os desejos de vingança privada e violenta vieram simbolizar a resistência à expansão da democracia para novas dimensões da cultura brasileira, das relações sociais e da vida cotidiana." (:375) Como base dessa resistência, Caldeira aponta a concepção de corpo que seria partilhada, segundo ela, pela sociedade brasileira.

Referindo-se à prática da tortura como ato tido como legítimo, à violência doméstica, à prática indiscriminada da cesariana e até ao carnaval, Teresa Caldeira afirma que a sociedade brasileira construiu uma relação "incircunscrita e manipulável" com o corpo. Essa relação flexível acaba por não permitir o estabelecimento de regras mais claras de respeito individual, o que teria sido o caso, por exemplo, da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, países de tradição liberal. O que me parece equivocado nessa argumentação é o uso de uma imagem civilizadora e democrática da tradição liberal em oposição a uma imagem de fragilidade dos direitos individuais. Será que não se estaria, na verdade, reproduzindo estereótipos sobre ambos os modelos? E, além disso, construindo uma visão de sociedade brasileira baseada na negação da "sociedade liberal e democrática européia e norte-americana"?

A autora não classifica o Brasil e outras sociedades de passado colonial como sociedades não modernas. Afinal, elas desenvolveram instituições democráticas baseadas no direito político e social. No entanto, Caldeira entende que aqui se constituiu uma "modernidade peculiar", cuja marca distintiva está na fragilidade dos direitos civis. O desafio, segundo a autora, seria equilibrar os aspectos positivos da flexibilidade dos corpos, como a sensualidade – mais um estereótipo –, com uma circunscrição dos mesmos que evitasse os abusos contra os direitos individuais, principalmente em um contexto onde a desigualdade social os torna mais freqüentes contra os dominados (pobres, mulheres, crianças). Tais abusos, porém, não seriam menos freqüentes em países de tradição liberal – basta lembrarmos, por exemplo, dos casos recorrentes de abuso sexual contra crianças em países europeus e nos Estados Unidos. Lá, também, a circunscrição dos corpos talvez não seja assim tão definida como faz parecer a análise de Caldeira.

O livro apresenta um grande esforço para montar um quebra-cabeça: a violência urbana, os direitos civis e a

democracia são as peças desse jogo. A tentativa de Caldeira é um primeiro passo que nos deixa pistas para avançar. Uma investigação sobre as práticas de segregação e de homogeneização da vida cotidiana talvez nos mostre uma fluidez de significados muito maior do que aquela apresentada pelos discursos dos sujeitos. Além disso, pode nos guiar para encontrarmos outras peças que podem estar faltando nesse jogo.

FRANCHETTO, Bruna e HECKENBERGER, Michael (orgs.). 2001. *Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 496 pp.

Julio Cezar Melatti
Professor, Universidade de Brasília

O volume tem por tema os alto-xinguanos propriamente ditos, hoje reduzidos a três povos falantes de línguas aruak (Waurá, Mehinako e Yawalapiti), quatro de línguas karib (Kuikuro, Kalapalo, Matipu/Nahukwá e Bakairi), dois de línguas tupi (Kamayurá e Aweti) e um de língua isolada (Trumai), que pautam sua vida sobre um fundo cultural comum, mas se mantêm étnica e politicamente distintos, ainda que vários deles reconheçam em seu seio a existência de descendentes de povos desaparecidos. À exceção dos Bakairi, que hoje vivem nas cabeceiras de tributários dos rios Teles Pires e Arinos, todos estão na metade meridional do Parque Indígena do Xingu.

Os dezesseis autores dos textos nele reunidos são heterogêneos em sua formação. Há etnólogos (Robert Carneiro, Gertrude Dole, Ellen Basso, Thomas Gregor, Emilienne Ireland, Rafael Bastos, Edir Pina de Barros, Aristóteles Barcelos Neto, Marcela Coelho de Souza), lingüistas (Aurore Monod-Becquelin, Bruna Franchetto, Raquel Guirardello), antropólogos biológicos (Roberto Ventura Santos, Carlos Coimbra Jr.), um arqueólogo (Michael Heckenberger) e uma geógrafa (Maria Lúcia Pires Menezes), desde veteranos da década de 50 até jovens recém-chegados aos temas xinguanos.

O propósito geral do volume é o de romper com a imagem de um Alto Xingu de passado totalmente desconhecido antes da primeira expedição de Karl von den Steinen em 1884 e, após a mesma, socialmente estático e culturalmente homogêneo.

O leitor pode se valer dos dois artigos de Heckenberger, dado o período de mais de mil anos que cobrem e a movimentação geográfica dos elementos culturais que apresentam, como um esquema de pontos de referência aos quais relacionar as contribuições dos demais autores. Mostra-nos Heckenberger a viabilidade de reconstituir o passado dos alto-xinguanos com a ajuda da arqueologia, lingüística, documentos escritos e memória indígena. Calcula datas de instalação dos representantes de cada família lingüística na área e ensaia uma periodização. Os primeiros a chegar foram os Aruak. Aldeias circulares, caminhos radiais, valetas e aterros estudados pela arqueologia atestam sua presença milenar. Também teriam sido os responsáveis por certas características que marcam os xinguanos até os dias de hoje: aldeias que nunca mudam para muito longe, hierarquia, padrões de socialidade de dimensão supralocal e um ideal de não-agressão. Depois chegaram os Karib, com outra forma de edificar seus núcleos habitacionais e outro estilo cerâmico, até virem a convergir para um mesmo padrão. A chegada dos colonizadores à procura de ouro impôs as primeiras grandes perdas populacio-

nais com seus assaltos armados e a difusão de moléstias contagiosas. Os Tupi e finalmente os Trumai ingressaram na área. Chega então Steinen, que os encontra organizados num padrão que ainda é o de hoje: um conjunto de povos política e ritualmente articulados envolvidos por outros que consideram bravios. Outros pesquisadores os visitam. A interferência, mais do que a assistência, governamental atua à distância, de um posto ao sul, para onde acabam por se transferir todos os Bakairi. A comunicação aérea se estabelece em meados do século XX, quando também a população xinguana chega a seu mínimo. Uma assistência mais eficiente a conduz à recuperação. O que fascina na arqueologia xinguana é a possibilidade de relacionar os vestígios pré-históricos aos povos que atualmente ali vivem e, mais ainda, permitir ao pesquisador conversar com os nativos sobre o que encontra.

É o que acontece também com o texto de Bruna Franchetto. Além da avaliação do estado atual do conhecimento lingüístico da região, de uma descrição mais demorada das características das línguas karib, da qualificação do multilingüismo xinguano, ela ainda pode nos passar as opiniões de alguns falantes sobre as peculiaridades do vernáculo e como o contrastam com os dialetos ou línguas afins.

As contribuições ao volume foram distribuídas em duas partes: “Visões Regionais” e “Visões Locais”. Inspirada talvez na alternância entre estudos comparativos e monográficos que marcou o desenvolvimento da etnografia do Alto Xingu, essa distinção é muito difícil de se manter, como sintomaticamente o atesta o artigo de Thomas Gregor, incluído nas “Visões Regionais”. Embora focalizado a partir de um só povo, os Mehinako, entre os quais pesquisou, o papel das mulheres nos casamentos interétnicos, como penhores da paz e pregadoras da boa vontade, foi e é importante na formação, expansão e manutenção de todo o sistema xinguano.

Gertrude Dole, que entre outros trabalhos ensaiou até uma pesquisa arqueológica pioneira junto aos Kuikuro na década de 50, comparece ao volume com um artigo no qual, para contrabalançar a ênfase dada desde Steinen à grande semelhança entre as culturas xinguanas, aponta suas diferenças em distintos domínios. Já Aristóteles Barcelos Neto, focalizando as artes visuais, mostra como seus motivos se transformam e transitam por esses domínios – o mítico, o ritual, o xamânico, o cotidiano da vida aldeã – e ainda pela rede intraxinguana e pelo mundo dos brancos.

Tolhidos pela falta de dados recentes sobre índices igualmente disponíveis para a maior parte dos povos xinguanos e áreas vizinhas, Roberto Ventura Santos e Carlos Coimbra Jr. selecionam sete medidas antropométricas tomadas por antigos pesquisadores, todas elas, com exceção da estatura, referentes à cabeça, e concluem que os xinguanos são morfologicamente mais afins entre si do que com outros grupos indígenas do Brasil Central, o que decorreria de um intenso fluxo gênico entre suas comunidades.

Maria Lúcia Pires Menezes reconstitui todo o jogo de interesses de diferentes agências, como o Estado de Mato Grosso, a Fundação Brasil Central, a Força Aérea Brasileira, o Serviço de Proteção aos Índios, envolvidas nos procedimentos que conduziram à criação, em 1961, do Parque Nacional do Xingu. Se esse artigo não reproduz nenhuma manifestação dos próprios xinguanos, uma vez que, ignorados, não participaram de tais disputas, vale a pena

contrastá-lo com o de Edir Pina de Barros, que mostra como os atuais Bakairi avaliam as conseqüências da expedição de Steinen: concorreu para sua depopulação em virtude do contágio, para a alteração de suas relações com os demais xinguanos, para o abandono dos formadores do Xingu e sua transformação em trabalhadores de um posto do SPI que não se destinava a apoiá-los, mas sim à atração e assistência dos povos que lá ficaram.

Além do artigo de Edir Pina de Barros, há outros seis na parte "Visões Locais". Por força mesmo da articulação entre os grupos xinguanos, nenhum dos artigos se atém exclusivamente a uma perspectiva local. O que mais disso se aproxima é talvez o do pesquisador veterano Robert Carneiro, que apresenta um mito dos Kuikuro referente à origem do lago Tahununu, junto ao qual viveram no passado. Este lago, na margem direita do Culuene (ou do Xingu, que nos mapas do IBGE começa mais ao sul, na foz do Sete de Setembro), é rodeado por vestígios arqueológicos de aldeias constituintes do que Heckenberger chama de Complexo Oriental, relacionado aos Karib.

Emilienne Ireland discute como os Waurá classificam os povos da região, em xinguanos, bravios e brancos, conforme sua adesão aos padrões que devem orientar a conduta que têm como a mais desejável para os seres humanos. Reconhecem, entretanto, os exemplos esporádicos de comportamento solidário dos bravios e sentem-se incomodados com a lembrança de casos em que teriam incorrido em ações em desacordo com seus ideais.

Os artigos de Ellen Basso, Rafael Bastos e Marcela Coelho de Souza, que focalizam, respectivamente, os Kalapalo, os Kamayurá e os Aweti, levam em conta a mesma classificação de povos, porém são mais incisivos em acentuar a articulação entre eles, não como um estado, mas como um processo que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos séculos: grupos que se agregam em novas unidades, sem que deles se perca a memória; aderem aos padrões xinguanos, sem que estes se sobreponham inteiramente a elementos culturais anteriores; continuam a difundir entre si novas contribuições culturais, como o rito do Jawari, introduzido pelos Trumai, os últimos a se inserirem no conjunto xinguano.

Finalmente o texto referente aos Trumai, de Aurore Monod-Becquelin e Raquel Guirardello, tem mais o caráter de inventário de elementos que venham a servir para a elaboração de um trabalho com a mesma orientação dos demais colaboradores.

Se não trata de questões inteiramente novas, uma vez que boa parte de seus autores já explorou os temas nele expostos em trabalhos de maior fôlego, o volume tem o mérito de reunir essas contribuições para uma história do Alto Xingu, tornando mais evidente a convergência dos resultados de suas pesquisas.

As principais marcas do padrão alto-xinguano foram abordadas ao longo dos textos; mas ficou ausente uma discussão do porquê da dieta baseada no consumo de peixes e na evitação da carne de mamíferos. Dois dos atuais povos alto-xinguanos, os Yawalapiti e os Matipu/Nahukwá, não foram focalizados em artigos especiais, apesar de haver pesquisa pelo menos sobre os primeiros. Faltou também um mapa geral do Alto Xingu especialmente elaborado para o volume. É verdade que entre a primeira e a segunda parte aparece um, talvez recortado de outro mais amplo, do Instituto Socioambiental, mas quase ilegível. Se lhe fosse retira-

da toda a parte que fica ao norte da aldeia alto-xinguana mais setentrional, dos Trumai, seria possível duplicar-lhe a escala. Os limites das propriedades rurais, que não têm interesse para os artigos que integram o volume, deveriam ser apagados, assim como o emaranhado das pequenas correntes d'água. Por outro lado, deveriam ser aumentados, tornando-os legíveis, os nomes de povos e rios principais (medida esta também recomendável para outros mapas do volume). E nas margens dever-se-ia indicar os graus dos meridianos e paralelos.

Por fim, ainda que não seja esse o seu propósito, esse volume parece prenunciar a retomada do estudo comparativo dos Aruak (mais de oitenta anos depois do trabalho pioneiro de Max Schmidt), fundadores que são do nódulo em torno do qual se formou o padrão alto-xinguano. Tal como aconteceu, na segunda metade do século XX, com os Jê, depois os Karib, em seguida os Tupi e até os Pano, os Aruak teriam agora a sua vez.

HARRIS, Mark. 2000. *Life on the Amazon. The Anthropology of a Brazilian Peasant Village.* Oxford: Oxford University Press/The British Academy. 236 pp.

Marco Antonio Gonçalves
Professor, PPGSA-IFCS-UFRJ

O livro de Mark Harris é, em todos os sentidos, uma etnografia não convencional: inova em sua abordagem crítica da "construção da Amazônia" como objeto de estudo; questiona o uso da categoria "identidade", propondo uma nova percepção para este conceito na antropologia; produz uma escrita consciente dos problemas epistemológicos implicados no fazer etnográfico.

A pesquisa que deu origem ao livro foi realizada como pré-requisito para a tese de doutorado do autor, defendida na London School of Economics, a qual, reescrita a partir da obtenção de uma bolsa de pós-doutorado junto à Academia Britânica, ganhou nessa publicação nova forma e maior densidade.

O estudo baseia-se em um trabalho de campo realizado em Parú, vila ribeirinha no município de Óbidos (Estado do Pará), entre julho de 1992 e janeiro de 1994. "Não é o tempo que muda mas as pessoas" – a frase de uma informante, que serve de epígrafe, expressa sinteticamente o problema central que Harris se propõe a resolver: as relações entre identidade, temporalidade e mudança cultural.

Ao expor as representações correntes na literatura sobre a região amazônica, o autor fornece um pano de fundo para pensar sua complexidade. Amazônia é um emaranhado de diversidades: ameríndios vários, campesinatos diferenciados, seringueiros, madeireiros, grandes cidades com elites e classe média. As identidades de "amazônico", "indígena" ou "cidadão brasileiro" podem ocorrer simultaneamente e, nesse sentido, o problema é saber situar ou localizar essas identidades no panorama das mudanças históricas que afetam a prática da vida diária na Amazônia, produzindo, conseqüentemente, mais identidades, uma vez que estas são construídas nessa prática. Em tal cenário, portanto, não há identidade definida, não há centro: o que existe são mediações e transformações. O rio Amazonas é a metonímia do "ser amazônico", aquilo que, ao mesmo tempo, cria vínculos e isolamentos.

O desafio do livro é produzir, a partir da etnografia, uma nova reflexão so-

bre identidade e mudança. O esforço do autor é o de contribuir para pensar os modos múltiplos e coexistentes de criação e definição da identidade. Nessa nova acepção, identidade é dada ou expressa no que as pessoas fazem e em como fazem as coisas, e não preestabelecida na forma de um coletivo étnico ou de classe. Esta proposição me parece fundamental. Nesse livro, o autor persegue um outro tipo de identidade que aquela que divide a humanidade em culturas e comunidades, buscando apreender o "outro lado da identidade [...] o relacional, o vivido, o conhecimento incorporado de práticas e habilidades e aquilo que é irrepresentável no discurso verbal." (:7) Nessa abordagem, a identidade se constrói a partir de histórias "intersubjetivas e conectivas". Vislumbra-se assim uma alternativa para a conceituação da identidade enquanto produto dialético da experiência histórica de pessoas praticamente engajadas em um mundo vivido. O valor da experiência para essa conceituação se faz sentir na proposição do autor de uma ontologia da identidade por definição antiintelectualista, ancorada na vida no mundo, em lugar de constituída como habilidade para transcender esse mundo mediante a criação de abstrações da ordem da cultura e da política.

O livro está organizado em quinze capítulos que procuram, a partir de uma bem construída etnografia, visitar as questões locais amazônicas e os problemas teóricos propostos pela antropologia. A narrativa é bem-sucedida ao estabelecer uma vinculação entre o local e o global, fazendo mediações entre planos próximos e distantes, entre o mundo amazônico e a teoria antropológica. Os capítulos são divididos em dois tipos de narrativa complementares. Os capítulos etnográficos mais convencionais – "As Marés da História na Amazônia", "Continuidade e Recursos", "Nós Somos Todos Família Aqui", "Ritmos", "Trabalho como Vida" e "Fronteiras" – contrastam com aqueles em que o autor narra em primeira pessoa sua experiência e o sentido teórico que quer imprimir a este conceito. São sete relatos mais subjetivos que complementam e, às vezes, estruturam os outros: "O Curso do Rio", "Caboclo", "Pescando com José Maria", "Entre Dois Irmãos", "Outra Maneira de Contar" (um ensaio fotográfico), "Possessão", "Fechando o Círculo". Essa dupla estrutura discursiva, que poderia parecer excessiva e redundante, se prova uma maneira bem dosada de aproximar o leitor à expressão completa do mundo em que viveu o autor, ao mesmo tempo em que dá maior densidade às questões propriamente etnográficas.

O livro contribui decisivamente para se repensar as representações correntes sobre a Amazônia. A começar por uma crítica contundente à abordagem de seus predecessores (Ross, Wagley, Galvão, Moran), no sentido de mostrar que a vida dos ribeirinhos, sua história, seu modo específico de sociabilidade, não podem ser reduzidos a um resultado direto de processos de "acomodação" ou "adaptação". O autor desestrutura a percepção que vê o campesinato amazônico como produto de uma acomodação às forças externas; critica a idéia em voga de que a Amazônia é um ambiente inóspito e desfavorável à adaptação humana. Propõe, alternativamente, uma visão histórica do campesinato na região e de sua constituição no contexto das relações com as políticas econômicas. Procura tratar também de questões específicas a uma vila de ribeirinhos amazônicos, dando conta de como se mantiveram no tempo e de como construíram e cons-

troem seu acesso aos recursos de que necessitam. O parentesco parece um fator fundamental na continuidade dessas populações, e o autor revela as estratégias de casamento e suas relações com o acesso aos recursos. Seguindo o exemplo maussiano de abordagem da sazonalidade esquimó, Harris explora o modo como os ribeirinhos constroem sua sociabilidade, e como experienciam as diferentes estações. Analisa, também, o conceito de trabalho expresso pelos informantes no desempenho de suas diferentes atividades. Percebe que o "trabalho" não é construído em antagonismo ao viver mas, pelo contrário, "trabalho" está ligado diretamente à agência e ao "fazer" no mundo. A partir desta perspectiva da experiência, do estar no mundo, propõe uma outra visão do campesinato amazônico. Em vez de classificá-lo como "marginal" ao sistema abrangente das trocas, percebe-o enquanto formando comunidades que constroem espaços de liberdade e não apenas de subjugação ao sistema dominante. Sempre preocupado com o particular e evitando assumir uma perspectiva generalizante, a narrativa "Entre Dois Irmãos" revela a riqueza das histórias de vida para a construção de explicações sociológicas: dois irmãos, dois destinos, duas formas diferentes de obter acesso a recursos. Observa-se a preocupação do autor em não hipostasiar a cultura, a história e o ambiente como produtores de "tipos sociais" e procurar compreender processos complexos de diferenciação que se passam em um mesmo ambiente dado.

A contribuição decisiva de seu trabalho reside também no empreendimento de uma reanálise da categoria *Caboclo*. Procurando não reificá-la ainda mais, prefere usar os termos "ribeirinho" ou "camponês". O uso do termo "camponês" recoloca a questão amazônica no campo da tradição de estudos de campesinato, tão cara à antropologia. A narrativa "Caboclo" contesta a natureza da categoria social, definindo este termo em função daqueles que o usam, isto é, como um termo forjado pelos estrangeiros ao mundo rural amazônico. Desse modo, consegue dinamizar a discussão de uma categoria petrificada como a de caboclo, dando-lhe novos contornos e maior rendimento e alcance teóricos.

No modo como constrói sua etnografia, Harris empreende uma crítica à antropologia e à forma como esta apresenta seu conhecimento. A maioria dos antropólogos, segundo ele, continua seguindo os modelos clássicos e, por isso, confia e se satisfaz com os relatos dos informantes sobre suas experiências como forma de acesso a essa dimensão do vivido. Constata que existem poucas e raras referências alternativas a esse modo de construção, e propõe uma escrita capaz de expressar a unidade "ação/corpo/consciência", apostando na importância da memória e na não separação entre campo/casa/academia. O livro assume assim uma estratégia de escrita explicitamente elaborada no sentido de fazer frente ao desafio de alcançar uma expressão mais completa do mundo através da etnografia. A crítica aos métodos antropológicos e as estratégias propostas pelo autor não se resumem à simples retórica pós-moderna ou à assunção de uma espécie de individualismo extremado do tipo "Eu vejo o mundo, Eu o experiencio, logo, Eu entendo o mundo". Na verdade, sua estratégia de escrita repousa em uma forma específica de construção do objeto "identidade": abordá-lo na materialidade da vida diária. Harris segue o caminho já trilhado por algumas experiências etnográficas que lhe servem de

modelo. É o caso de Pálsson, que define o método antropológico como "discurso vivo", característico de um "diálogo democrático" em que antropólogo e nativo (ou melhor, o pesquisador de campo e seu anfitrião) não estão submetidos à cultura, à história e às políticas econômicas, persistindo um espaço para a invenção e a amizade que escapam às determinações gerais da situação de pesquisa. Moore, com sua proposição de "anatomia vivida", também inspira o autor no sentido de revelar a natureza incorporada da identidade, decorrente do fato de que as experiências surgem de interações sociais concretamente situadas no tempo e no espaço. Este ponto parece ser central para a superação de uma compreensão da experiência e identidade como fixas e individualizadas. O que o autor quer justamente explorar e chamar a atenção é para a capacidade das pessoas de se adaptarem com sucesso às mudanças das circunstâncias históricas. As pessoas podem continuar existindo porque reinventam a si próprias e reorientam seus objetivos para o presente. Desse modo, o argumento central é o de que as características da mudança, da auto-imagem, da recuperabilidade e das oportunidades não são simples técnicas de sobrevivência, mas elementos constitutivos das identidades sociais.

KUSCHNIR, Karina. 2000. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-MN-UFRJ. 95 pp.

Fernando Alberto Balbi
Doutorando, PPGAS-MN-UFRJ

Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS-MN-UFRJ, Karina Kuschnir reescreve para esse livro alguns artigos baseados em sua dissertação de mestrado, apresentada na mesma instituição.

O texto se insere no campo da "antropologia da política", e procura analisar as práticas políticas em função das concepções e dos pontos de vista dos próprios atores. A autora centra sua atenção nos vereadores do Rio de Janeiro e busca dar conta das regras e dos valores que dão sentido à sua experiência política a partir da observação das interações que mantêm com seus eleitores, pares, funcionários do Poder Executivo municipal e jornalistas.

Nesses termos, Kuschnir consegue iluminar uma série de relações sutis entre os diversos aspectos da política local do Rio de Janeiro. As chaves dessa análise são duas. Em primeiro lugar, a apreciação de que existe uma "cultura institucional" própria da Câmara Municipal, isto é, valores e pontos de vista compartilhados pelos vereadores no que diz respeito ao seu próprio papel como representantes de seus eleitores, as regras da atividade parlamentar, o prestígio da Câmara Municipal etc. A análise dessa "cultura institucional" permite compreender as formas como os vereadores atuam nos diversos âmbitos de interação em que devem operar. Para isso contribui também a observação de Kuschnir – e esta é a segunda chave de sua análise – de que"o papel social dos vereadores está, em muitos casos, diretamente vinculado à sua capacidade de mediar trocas entre diferentes níveis da sociedade que são também diferentes níveis de cultura, com códigos e valores distintos" (:9). Tal papel é, de fato, sancionado pela "cultura institucional" do Legislativo municipal, que tem como um de seus valores básicos o postulado de que a mediação entre os eleitores e o Executivo é um dos principais deveres do cargo de vereador.

Os quatro primeiros capítulos do livro exploram essas observações para examinar as diferentes facetas da atuação dos vereadores. No capítulo 1, Kuschnir mostra que existe uma marcada correlação entre o tipo de campanha eleitoral desenvolvido pelos candidatos a vereadores e a distribuição de seus votos. Os diversos tipos de discurso de campanha expressam estratégias distintas voltadas a propor a determinados eleitorados certas classes de vínculos. Isso implica um esforço dos candidatos para construir seu pertencimento a um grupo de referência de seus eleitores através da proposição de um tipo específico de intercâmbio voto/mandato. Nesse sentido, a autora distingue entre uma estratégia "comunitária/assistencialista" e outra "ideológica/política". O capítulo 1 culmina com a observação de que o intercâmbio voto/mandato não é senão "um momento dentro de uma cadeia de relações que se processam em torno da atividade política, que não está restrita ao período estritamente eleitoral" (:32).

O capítulo 2 elabora esse ponto, concentrando-se na cotidianidade do mandato legislativo. Seu maior mérito é mostrar a complexidade da perspectiva dos vereadores quanto ao seu papel como mediadores. Assim, os vereadores "assistencialistas" e os "ideológicos" se diferenciam na medida em que os primeiros se dedicam fundamentalmente a criar e reproduzir relações pessoais com os eleitores, proporcionando-lhes bens e serviços, enquanto os segundos tendem a trabalhar em nome de causas representativas de grupos organizados, ocupando-se de facilitar sua participação no "processo político" mais do que lhes oferecer recursos materiais. Todavia, posto que ambos os tipos se encontram imersos em alguma forma de intercâmbio voto/mandato que supõe dívidas para com seus eleitores, "a vereança tem sempre uma *vertente de assistência* à população" (:45). Mesmo assim, os vereadores – sejam "ideológicos" ou "assistencialistas" – também agem como "mediadores culturais", ponto que é desenvolvido no último capítulo.

O capítulo 3 analisa a complexa dinâmica das relações que os vereadores mantêm entre si. Eles reconhecem sua interdependência como um fato fundamental, conscientes de que "*num certo nível de atuação*, o voto dado (a favor de um projeto ou proposição) deve significar voto retribuído" (:52). Isso se reflete no valor que concedem ao fato de terem um "bom trânsito" e à capacidade de fazerem acordos. Contudo, o "bom trânsito" se vê afetado pela necessidade de tomarem posição em face do jogo político. Com efeito, é impossível para um vereador ser neutro, posto que "o êxito de seu mandato depende da solidificação de alianças – tarefa que só pode ser conseguida através da troca de votos" (:58), e o voto só serve como instrumento de intercâmbio desde que o vereador faça parte de algum dos grupos que operam na Câmara. Essa tensão entre a necessidade de manter um "bom trânsito" e o imperativo de estabelecer alianças duráveis – que dá conta em certa medida da instabilidade dos blocos de "situação" e "oposição" – constitui um "conflito entre dois tipos de comportamento valorizados e prescritos pelo grupo" (:58) que os vereadores resolvem de maneira quase teatral no plenário, justificando ambos em termos da defesa dos interesses de seus eleitores.

O capítulo 4 examina a forma como os vereadores entendem e enfrentam o desprestígio da instituição. Enquanto mediadores, os vereadores necessitam permanentemente de recursos que so-

mente o Executivo pode proporcionar-lhes. Kuschnir assinala que existe uma assimetria entre Executivo e Legislativo que "não está inscrita nas atribuições dos dois Poderes e sim no processo de trocas promovido no exercício dos mandatos de seus ocupantes" (:68). Essa assimetria habilita os vereadores enquanto mediadores mas implica uma grande instabilidade e conflitos permanentes, sendo ressentida pelos legisladores. Por outro lado, a mídia geralmente oferece uma imagem negativa do Legislativo, desprestigiando-o diante da opinião pública. Os vereadores reagem a essas situações empreendendo coletivamente uma "defesa institucional" da Câmara, com o intuito de reforçar seu prestígio visando incrementar seu potencial de troca tanto com o Executivo como com a população. Um aspecto essencial desse movimento é a tentativa de "elevar o *status* político do parlamento carioca na estrutura de distribuição de poder e prestígio nacional" (:78), reivindicando a herança cultural e histórica da cidade, sua "capitalidade".

Escrito em colaboração com Gilberto Velho, o capítulo 5 distancia-se do tom etnográfico do restante do livro para situar a figura dos vereadores no marco mais amplo do problema da "multiplicidade e descontinuidade entre domínios e províncias de significado" (:83) que caracteriza as sociedades complexas. Nestas, adquire uma importância capital o "potencial de metamorfose" dos indivíduos, sua capacidade para alterar suas atividades e sua própria apresentação do *self* de modo a transitar por essas províncias de significado. Esse tipo de trajetória possibilita a alguns indivíduos atuar como mediadores entre categorias sociais, domínios e níveis de cultura. Tal seria o caso dos vereadores e, de modo mais geral, dos políticos, que não apenas interpretam e traduzem as lógicas dos diversos universos sociais com as quais entram em contato como realizam um trabalho de bricolagem, criando novas realidades a partir de seu trânsito por aqueles universos díspares. O político seria, em última instância, um "especialista em mudança de papéis" cuja identidade ilustraria "as características mais gerais de uma sociedade complexa, heterogênea, multifacetada, em permanente processo de construção" (:89).

Nos últimos trinta anos, a antropologia social e/ou cultural tendeu maciçamente a um hermético acúmulo de conceitos cada vez mais obscuros e de utilidade crescentemente duvidosa. Essa febril criatividade teórica parece ter-se transformado em um fim em si mesmo, quiçá como produto das crescentes pressões em favor da diferenciação simbólica requerida pela concorrência intra-acadêmica. Esqueceu-se, dessa forma, que os conceitos carecem de um valor intrínseco e que o aporte de uma análise qualquer à inteligibilidade dos fenômenos sociais não depende tanto de quais são os conceitos usados quanto de *como* se os usa. O trabalho de Karina Kuschnir tem o imenso mérito de não se ter entregue a essa lamentável tendência contemporânea. Pelo contrário, com uma arquitetura teórica de inspiração tradicional e quantitativamente limitada consegue dar uma contribuição valiosa à análise de uma instituição complexa e de uma posição política pouco compreendida.

Também vale destacar o realismo que caracteriza seu tratamento dos atores. De fato, os vereadores de quem fala Kuschnir parecem "reais": não há aqui estrategas improváveis sem intenção estratégica nem fazedores de discursos capazes de manejar ao mesmo tempo uma dezena de níveis de significação. Essa medida de realismo – que

não tem nada a ver com as convenções realistas da etnografia clássica – é uma virtude pouco freqüentada que enriquece o trabalho de Kuschnir. Se cabe lamentar algo a respeito de seu livro é de ela não ter aproveitado a ocasião de reescrever artigos para acrescentar material etnográfico, deixando assim alguns pontos pouco claros onde, todavia, parece evidente que as dúvidas do leitor se devem não à qualidade da análise mas à parcimônia do texto. Tratase, ademais, de um bom exercício etnográfico – ao que essa resenha não faz justiça – e de um livro particularmente recomendável para leitores interessados na análise das instituições legislativas e dos fenômenos correntemente tratados sob os rótulos de "assistencialismo", "clientelismo" e "corrupção".

LEAL, João. 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional.* Lisboa: Publicações Dom Quixote. 274 pp.

Lorenzo Macagno
Pesquisador, CEBRAP

Etnografias Portuguesas procura mostrar que a antropologia portuguesa se caracterizou, entre 1870 e 1970, por um discurso comprometido com a elaboração de um modelo etnogenealógico da identidade nacional e, portanto, com a construção de uma comunidade de descendência com qualidades específicas. A partir desta premissa, João Leal tenta dar conta de uma série de contribuições que fizeram da cultura popular de matriz rural um tema central da etnografia e da antropologia em seu país. Tal centralidade teria alimentado um conjunto de reflexões em torno da identidade nacional. O título da primeira parte é, nesse sentido, bastante explícito: "À procura do povo português".

Para atenuar os efeitos provocados pelo termo *antropologia portuguesa* (usado no singular como substantivo e adjetivo, respectivamente), a abordagem é sensível a um enfoque disciplinar amplo. Isto significa que tais reflexões sobre a nacionalidade portuguesa não teriam correspondido somente à antropologia, mas sobretudo a outros discursos que João Leal prefere denominar *etnografias espontâneas*.

Os oito capítulos apresentados, organizados, por sua vez, em três partes, não convidam necessariamente a uma leitura diacrônica e linear, já que, como o próprio autor adverte, cada um deles possui autonomia relativa. No entanto, a própria amplitude temporal do livro obriga o autor a expor, no primeiro capítulo, as diferentes etapas que a antropologia portuguesa e seus "etnógrafos espontâneos" teriam atravessado. A primeira fase coincide com as décadas de 1870 e 1880. Neste período, a cultura popular é vista como um universo formado quase que exclusivamente pela literatura e pelas tradições populares. Um segundo grande período corresponde à virada do século. É o momento em que se precipita a crise da monarquia e se aproxima a instalação da I República. Além da literatura e das tradições populares, as tecnologias, a cultura material, as formas de vida econômica e social passam a integrar a agenda de pesquisa. Ao mesmo tempo, começam a ser esboçados contatos mais sistemáticos com os protagonistas produtores de tais tradições. Tal é o caso de Rocha Peixoto, cujos artigos mais importantes resultam de reconhecimentos *in loco*, que se estendem por todo o norte do país. Simultaneamente, essa ampliação empírica coincide com uma dominância do evolucionismo e uma

concepção historicista da cultura popular. Por isso, o camponês é visto, sobretudo na concepção de Rocha Peixoto, como uma espécie de *primitivo moderno*. Já no terceiro período, que vai de 1910 a 1920, a cultura passa a ser vista como sinônimo de arte popular, compreendendo um conjunto de objetos (a olaria, o traje tradicional, a casa) que devem, antes de tudo, ser vistos e apreciados. A etnografia transforma-se, literalmente, em "etnografia artística", expressão que, segundo João Leal, era comum nos textos da época. Aquela primeira preocupação com o textual cede lugar a uma concepção eminentemente visual da cultura popular. O quarto período se desenvolve da década de 30 até os anos 70, coincidindo com o Estado Novo em Portugal, e se caracteriza por uma diversidade maior de atores, que o autor distribui em três grupos: um grupo constituído pelos etnógrafos mais ligados ao Estado Novo, cuja política teria reservado um lugar extremamente importante ao folclore; outro grupo vinculado a Jorge Dias, que seria sem dúvida a figura central da antropologia portuguesa nesses anos; e um terceiro composto por um conjunto de intelectuais vinculados de forma menos sistemática à etnografia e à antropologia. Com formações muito variadas (artistas, arquitetos, músicos) e com posicionamentos políticos relativamente diversificados, este último grupo procurou, segundo João Leal, construir um contradiscurso em face do discurso etnográfico do Estado Novo.

O capítulo 2 explora os argumentos que concederam aos lusitanos um lugar privilegiado na lista etnogenealógica da nação portuguesa. Um dos protagonistas em levar adiante as teses lusitanistas foi o arqueólogo Joaquim Sarmento que, entre 1876 e 1879, procedeu a uma autêntica exumação dos lusitanos como antepassados étnicos de Portugal. No entanto, com o tempo, o exclusivismo das teses lusitanistas foi perdendo força, sobretudo por meio do trabalho de Jorge Dias, que valoriza cada vez mais um pluralismo etnogenealógico como modelo explicativo da singularidade portuguesa. Isto deixa, sem dúvida, uma porta aberta para sua posterior adesão ao luso-tropicalismo.

O capítulo 3, encerrando a primeira parte do livro, analisa alguns ensaios que se empenharam na busca de uma suposta psicologia étnica para o imaginário nacional português. Nessas discussões aparece o tema quase onipresente da decadência nacional. Assim, Adolfo Coelho (1847-1919), preocupado com os fatores de degenerescência do povo português, sustentava que tal decadência era uma espécie de doença étnica de Portugal. Esta visão será retomada por Rocha Peixoto, sobretudo em seu ensaio pioneiro *O Cruel e Triste Fado* (1897), cuja caracterização negativa da alma nacional chega ao ponto extremo.

Um dos temas estruturantes do caráter nacional português teria sido inaugurado, com êxito, por Teixeira de Pascoaes. Trata-se do que João Leal define como a *invenção da saudade*. Sendo poeta, escritor e ensaísta, o saudosismo, concebido dessa vez como um movimento literário específico, encontrará eco em algumas derivações da etnografia portuguesa, por meio de um conjunto de estudos sobre a literatura popular entre 1910 e 1920. Essas análises são o prelúdio para que, na década de 50 (quando os estudos sobre o caráter nacional já estavam na agenda de trabalho da antropologia norte-americana), Jorge Dias realize sua contribuição mais sistemática e influente sobre o assunto.

O capítulo 4 inaugura a segunda parte do livro, dedicada às "Guerras

culturais em torno da arquitetura popular". É centrado no protagonismo de Raul Lino como impulsionador do *Movimento da Casa Portuguesa* e, portanto, como formulador de um tipo português de habitação popular que teria contribuído para o processo de refundação da nacionalidade. Esse movimento se envolveu em uma reciclagem erudita e estetizante de alguns componentes da cultura popular rural.

O capítulo 5 descreve como, nos anos 30, o *Movimento da Casa Portuguesa* foi contestado e questionado por um grupo de "etnógrafos espontâneos": tratava-se dos engenheiros do Instituto Superior de Agronomia que, naquela época, realizaram um amplo *Inquérito à Habitação Rural*, cuja metodologia central consistia em estadas periódicas no campo: "Observada pelos engenheiros agrônomos, a casa popular deixa de ser analisada através de qualidades como a beleza, a harmonia da composição, o vicejo da cor, para passar a ser vista a partir de categorias como a miséria, a sujidade, a falta de condições higiênicas, o cheiro nauseabundo, etc." (:163). Por conta dessas discussões, o argumento de João Leal evoca problemáticas mais amplas, cujas coordenadas oscilam entre dois extremos: de um lado, as tentações culturalistas (amparadas, muitas vezes, em uma fascinação estetizante); de outro, os apelos intervencionistas sob a boa consciência de uma espécie de reformismo social. Em última instância, podem ser lidos aqui, quase nas entrelinhas, os desafios sempre recorrentes em torno do par cultura/desenvolvimento.

No capítulo 6, João Leal detém-se em outro grupo de "etnógrafos espontâneos". Trata-se, desta vez, de um grupo de arquitetos que depois de realizarem sucessivas viagens pelo interior rural redigiu o *Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal*. O *Inquérito* busca ir um pouco além das críticas reformistas dos engenheiros agrônomos. Busca-se agora fazer uma leitura da arquitetura popular sob o prisma do modernismo, cada vez mais divulgado na Europa dos anos 50. Esse grupo de arquitetos evidencia, além disso, uma crescente sensibilidade etnográfica para reconhecer a multiplicidade das expressões da arquitetura ao longo de todo o país. Em sua qualidade de críticos do modelo unitário da "casa portuguesa", o autor coloca os arquitetos do *Inquérito* na mesma sintonia das contribuições etnográficas de Veiga de Oliveira, analisadas no capítulo 7.

O livro termina com um instigante ensaio, inspirado em James Fernandez, sobre as narrativas da identidade provincial (que compõe a terceira e última parte do livro: "Nação e região: réplicas, apropriações, resistências"). João Leal toma o caso dos Açores, cuja singularidade (atribuível, entre outras coisas, a seu caráter insular) opera em torno do seguinte dilema: são os Açores uma espécie de Portugal diferente ou, pelo contrário, constituem um Portugal em escala reduzida e, portanto, um modelo identitário a ser seguido para a "grande pátria" portuguesa?

O fato de o autor ter optado, seguindo a distinção de George Stocking, por considerar a antropologia portuguesa como um discurso comprometido com a construção da nação (antes que com a construção de um Império) autoriza-o a privilegiar um repertório de textos específicos. Não é problematizado, portanto, o fato contundente de que, em determinado momento da história de Portugal, o labirinto da decadência nacional (sobre o qual refletiram vários dos autores analisados por João Leal) encontrou uma saída: o Império. Vistas as coisas deste modo, a

antropologia portuguesa poderia ser depositária também de uma infinidade de "etnógrafos espontâneos", disseminados por todo o ultramar português. Este ultramar cobria um espaço transcontinental que, no imaginário nacionalista do Estado Novo (e nas próprias leis), foi representado como uma simples extensão territorial (e muitas vezes cultural) de Portugal. Sob tal descentramento, seria possível também redirecionar a própria discussão em torno da identidade nacional, a qual muitas vezes se nutriu dessa alardeada vocação ultramarina. O próprio Jorge Dias, que começou fazendo trabalho de campo no norte de Portugal e acabou no norte de Moçambique, viu-se obrigado, em virtude de seu itinerário etnográfico, a refletir em um tom lusotropicalista sobre os supostos benefícios de uma identidade portuguesa desterritorializada e plural.

No mais, o trabalho de João Leal constitui, sem dúvida, um esforço analítico que nos adverte a todo momento sobre o caráter parcial e instável dos empreendimentos identitários. Com efeito, através dos porta-vozes do "povo" e da "cultura popular", é possível vislumbrar que a identidade nacional é produto de um campo de disputas sempre em movimento.

LOMNITZ, Claudio (org.). 2000. *Vicios Públicos, Virtudes Privadas: La Corrupción en México.* México: CIESAS/ Miguel Angel Porrua. 294 pp.

Marcos Otavio Bezerra
Professor, Departamento de Sociologia da UFF

Ao assumir a presidência do México, Vicente Fox estabeleceu como uma das principais prioridades de sua administração o combate à corrupção. Sua disposição para enfrentar a questão e a necessidade, ao mesmo tempo, de oferecer uma resposta às expectativas da população quanto às freqüentes denúncias de irregularidades na administração pública conduziram o presidente a anunciar no primeiro dia de seu governo a implementação de um programa anticorrupção. Estudos internacionais preocupados em quantificar o valor dos recursos públicos desviados para a corrupção no México estimam que este corresponda a aproximadamente 15% do total dos impostos (federais, estaduais e municipais) recolhidos anualmente. Trata-se de algo acima de US$ 30 bilhões que deixam de retornar para a população sob a forma de investimentos e programas públicos. O livro organizado por Claudio Lomnitz, do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Chicago, constitui, por um lado, uma importante contribuição para o entendimento das razões pelas quais o combate à corrupção é apresentado como uma das principais políticas públicas no México e, por outro, oferece um conjunto de estudos úteis para integrar uma análise comparativa do fenômeno.

Vicios Públicos, Virtudes Privadas: La Corrupción en México originou-se do simpósio "Corrupção e Sociedade no México", realizado em fins de 1995 na Universidade de Chicago. Além do prefácio e da introdução, que pode ser lida como um programa de pesquisa onde são apresentadas hipóteses e questões que articulam os textos, ambos elaborados pelo organizador, compõem o livro doze artigos produzidos por historiadores, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos. Os textos são dispostos em três partes: "Corrupção no Antigo Regime. Do Mundo Colonial à (Des)Ordem Republicana",

"Corrupção e Formação de Classes Sociais no Século XX" e "Corrupção, Ritual Político e Sacralização do Estado". A cada uma das partes corresponde respectivamente uma questão a que os trabalhos propõem oferecer uma contribuição mais direta: a transformação histórica dos discursos da corrupção e sua vinculação com mudanças políticas, econômicas e culturais; o lugar da corrupção administrativa e política no processo de formação das classes sociais; a associação entre corrupção e representação política. Pensado a partir de sua variação de sentido e diversidade de formas de manifestação, o fenômeno da corrupção é tomado, o que me parece uma perspectiva frutífera, como um ponto de vista particular para a construção de reflexões sobre as sociedades nacionais e, especialmente, não obstante a categoria corrupção lhe anteceder, os princípios de ação e as relações estabelecidas em torno dos Estados nacionais.

Um dos maiores obstáculos para a elaboração de análises consistentes sobre as condutas concebidas como corruptas são as dificuldades encontradas pelos pesquisadores para reunir material empírico sobre a questão. Como se sabe, as práticas corruptas e corruptoras distinguem-se, particularmente, por sua invisibilidade social, até o momento em que aparecem sob a forma de denúncias públicas. Essa dificuldade é contornada pelos autores através da utilização de materiais diversos e da mobilização de estratégias de análise criativas sobre o fenômeno. Assim, a corrupção é construída como objeto a partir, por exemplo, de processos inquisitoriais e jurídicos do período colonial, de cartas de religiosos e funcionários da administração colonial, de denúncias de imprensa, de observação direta, entrevistas, estudos de caso, do exame de trajetórias políticas e empresariais e rituais políticos.

O exame desse material é efetuado de modo que aquilo que se tem por corrupção em cada momento e situação é inscrito no universo de representações e práticas sociais rotineiras. Essa preocupação pauta a maioria dos artigos, e a apreensão do fenômeno da corrupção a partir dessa perspectiva constitui o ponto forte da coletânea. Assim, podemos acompanhar nos artigos como a corrupção se conecta com diferentes dimensões e atividades da sociedade mexicana. Para não ir além de alguns exemplos pode-se remeter ao modo como ela se associa à moral religiosa, às ações jurídicas, ao crescimento e expansão de atividades financeiras (como bancos) e empresariais, ao sistema e ações políticos e às atividades lúdicas (como as festas locais). Em todos esses casos, a corrupção não é descrita como algo que está à margem das atividades ou instituições; ao contrário, o que é ressaltado é o modo como estas e as práticas corruptas se fomentam mutuamente. A imagem que surge das descrições é a da existência de um conjunto de redes pessoais (constituídas por relações fundadas em múltiplos interesses) que vinculam órgãos e programas públicos a diferentes setores e grupos sociais. A estes últimos, essas ligações proporcionam, entre outros aspectos, a não aplicação ou aplicação em condições favoráveis dos regulamentos estatais e a utilização e apropriação privada de recursos públicos (simbólicos e materiais). Assim, o que se designa como corrupção surge claramente como uma relação social cuja interpretação se assenta em elementos históricos e culturais.

Se o estilo analítico garante uma certa unidade aos textos, os tópicos e argumentos apresentados apontam para uma ampla variação. S. Alberro

("Control de la Iglesia y Transgresiones Eclesiásticas durante el Periodo Colonial") contribui para a discussão sobre a dimensão histórica da noção de corrupção ao estudar processos de transgressões de caráter civil e religioso cometidas por ministros e auxiliares da Igreja nos séculos XVII e XVIII. L. Arnold ("Sociedad Corporativa, Corrupción Corporativa: La Resistencia a la Subordinación y al Abuso de Poder") examina a utilização do "recurso de fuerza", um dispositivo jurídico, como meio de proteção a abusos de poder no período colonial. E. Semo ("De la Colonia a la Independencia: La Línea Imaginaria entre lo Público y lo Privado") discute como a cobrança e comercialização de um imposto público ("diezmo") por parte do Estado, Igreja e oligarquias locais abre múltiplas possibilidades de fraude e corrupção. F. Katz ("La Corrupción y la Revolución Mexicana"), a partir do estudo das várias fases da Revolução Mexicana, examina a questão da percepção da corrupção e sugere que o grau em que os líderes cumpriam suas promessas e o seu enriquecimento pessoal eram elementos importantes no julgamento de suas condutas feito pelos revolucionários e a sociedade. G. de la Peña ("Corrupción e Informalidad") examina, no contexto urbano contemporâneo de Guadalajara, as ações de quatro tipos de atores econômicos em situações de informalidade e suas conexões com agentes governamentais e políticos que, em troca do afrouxamento na aplicação das normas oficiais, lhes asseguram ganhos pecuniários. D. Nugent ("La Corrupción a Bajo Nivel: Las Zanjas y la Sucesión de um Puesto Político") analisa a ascensão e queda de um político municipal preso às engrenagens do partido governante e visto pela população como envolvido em irregularidades na elaboração de obras públicas. L. A. Ramírez ("Corrupción, Empresariado y Desarrollo Regional en México. El Caso Yucateco") argumenta que a corrupção não só faz parte da cultura empresarial mexicana, mas é algo inerente ao processo de acumulação de capital, e tem conseqüências negativas para a estrutura econômica regional e o crescimento econômico. L. Astorga ("Traficantes de Drogas, Políticos y Policías en el Siglo XX Mexicano") examina as mudanças nas relações mantidas ao longo do século XX entre traficantes e agentes oficiais e conclui que o tráfico se desenvolve de modo articulado aos canais políticos e administrativos do Estado. F. V. Ugalde ("La Corrupción y las Transformaciones de la Burguesía en México, 1940-1994") sugere que a corrupção, além de ser um elemento constitutivo do sistema político mexicano cujas características são definidas pelo presidencialismo, é também uma fonte de recursos para a burguesia nacional. S. D. Morris ("¿'La Política Acostumbrada' o 'Política Insólita'? El Problema de la Corrupción en el México Contemporáneo") se propõe a discutir os fundamentos da continuidade da corrupção no México e as possíveis mudanças em seus padrões em decorrência do impacto de mudanças sociais e políticas mais amplas. C. Lomnitz ("Ritual, Rumor y Corrupción en la Conformación de los 'Sentimientos de la Nación'") centra-se na discussão da constituição de esferas públicas, no papel dos rituais na formação de comunidades políticas e na articulação desses espaços através de rituais políticos cuja realização supõe formas de corrupção. Finalmente, F. Escalante ("Piedra de Escándalo. Apuntes sobre el Significado Político de la Corrupción") sugere que as denúncias de corrupção surgem para preencher um vazio ideológico, decorrente da inexis-

tência de grandes temas ou esperanças para os políticos, isto é, para dar um novo sentido moral à política.

Se a análise da corrupção a partir de sua inscrição nas representações e práticas cotidianas das entidades e instituições públicas e privadas é responsável pelas contribuições mais significativas dos textos, essa maior atenção conferida aos fenômenos aos quais a corrupção está relacionada acaba, por sua vez, sendo também responsável pelos limites de alguns artigos. O que me parece ocorrer é uma espécie de desequilíbrio da análise em favor dos fenômenos tidos como necessários ao entendimento da corrupção – como a utilização do "recurso de fuerza", o exame da Revolução Mexicana ou a construção de espaços públicos e rituais –, fazendo com que esta última seja incluída na discussão de forma secundária. Sente-se falta nesses casos de uma articulação mais sistemática entre os aspectos examinados ao longo dos textos e o fenômeno da corrupção.

No México, como no Brasil, à centralidade do fenômeno da corrupção na sociedade e nos discursos públicos não corresponde um interesse dos cientistas sociais pelo tema. As razões que fundam essa espécie de silêncio – que começa a ser rompido em função sobretudo de preocupações e questões condicionadas pelos interesses de agências e entidades internacionais (ONU, Banco Mundial e G-7) – ainda estão por ser explicadas e não se resumem, certamente, ao problema de acesso ao material empírico. Nesse contexto, os artigos reunidos no livro consistem em uma louvável contribuição para a introdução de um ponto de vista mais distanciado e analítico em um universo de debates em que predominam os discursos jornalísticos e as tomadas de posições políticas.

MARGARIDO, Alfredo. 2000. *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. 89 pp.

Igor José de Renó Machado
Doutorando, Unicamp

O livro *A Lusofonia e os Lusófonos* é um libelo contra uma forma hegemônica do pensamento social português, representada por intelectuais, colunistas de importantes jornais e intelectuais orgânicos do partido do governo (o PS) e do leque político que se estende até a extrema-direita. Sob uma ironia refinada e uma crueza ácida, Margarido põe à mostra as entranhas nada gloriosas dessa forma de pensamento que domina a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP) e a diplomacia portuguesa e que, embora ignorada no Brasil (como, ademais, o próprio Portugal), é insidiosa e efetiva na relação de Portugal com os países africanos que se livraram do jugo português após sangrentas guerras coloniais. É insidiosa também na organização interna da imigração para Portugal que, de acordo com as regras da União Européia, fecha as portas aos imigrantes das ex-colônias. Nesse sentido, a lusofonia afeta diretamente a vida dos cerca de 50 mil brasileiros imigrantes em Portugal, se contarmos apenas os números oficiais.

Margarido considera que a partir de 1960 se deu o rompimento de Portugal com o Atlântico, momento marcado pelas guerras coloniais, imigração e pelo nacionalismo racista. A lusofonia surge como ferramenta ideológica para recuperar esse espaço atlântico, apagando a história colonial e as relações polêmicas com os povos de língua portuguesa, mediante a tentativa de controle da língua "mãe". A importância da

língua aumenta apenas quando desaparece o controle direto das populações e, após 1974, quando se lhe confere o papel que foi dos territórios colonizados: o de recuperar a grandeza portuguesa. Ao mesmo tempo, controlam-se cada vez mais as populações "residuais" dos tempos coloniais – os imigrantes – em Portugal e no restante da Europa. Exibe-se a contradição entre a pretensão de um "espaço lusófono" e o exagero da submissão portuguesa às leis de Schengen, que cria uma Europa racista, eugênica e desumanizada. E essa violência racista é dirigida, em cada país, a grupos específicos (em Portugal, são os cabo-verdianos o alvo preferencial do racismo, diz o autor, mas podemos acrescentar: os moçambicanos, guineenses e brasileiros).

O discurso da lusofonia encampa um projeto missionário de "civilização" após as guerras coloniais (nesse sentido, pós-colonial), agora focado na língua. O primeiro sintoma dessa virada acontece com a mudança de vocabulário após as independências africanas, similar à francofonia, criando um suposto "espaço lusófono" e uma história comum cor-de-rosa. A contradição aparente é que o atual europeísmo da União Européia condena os particularismos nacionais (principalmente o dos países mais pobres da União), o que impede a formação de espaços lusófonos, francófonos ou hispanófonos reais, como fica claro pelas políticas de controle de imigração cada vez mais duras e desumanas na Europa. Só há e só pode haver espaço lusófono em um discurso mítico.

Margarido critica a visão lusófona do passado, como se o "Outro" só existisse após o encontro com algum navegador português, esquecendo-se a outra face do encontro: a invasão. Além disso, faz digressões sobre o trauma ocorrido com a independência do Brasil em 1822, que levou o discurso colonial português a reafirmar os "direitos" às demais colônias e populações. Esse trauma surge e ressurge de várias maneiras: ou escamoteando a independência brasileira como sendo um fator português, dado que foi proclamada por D. Pedro I, ou vendo no Brasil um Estado-filho ou Estado-irmão mais novo, implicando sempre laços que devem manter tais países unidos (se o Brasil continuar sempre infantilizado).

A partir da década de 20, os nacionalistas brasileiros passam a se preocupar com o povo, e Gilberto Freyre vai derivar o Brasil do apetite sexual português. Mas o luso-tropicalismo só existe em Portugal no pós-45, quando o que já era ruim é mutilado para servir à hegemonia colonial portuguesa, fechando os olhos a toda sorte de violências (que culminaram nas malfadadas guerras coloniais), barrando inclusive a possibilidade de modernização do país. Aqui não se pode deixar de dizer que Margarido produz um "nacionalismo alternativo", que luta contra a lusofonia para que Portugal chegue à modernidade. Como um exilado permanente, lecionando na França, e como um dos principais críticos do colonialismo português, Margarido pode ser visto como um intelectual "contra-hegemônico".

Outra contradição da lusofonia é a atual preocupação com a língua, que nunca foi objeto de cuidados quando da época colonial. No Brasil e nos países africanos (até 1961) não se criaram universidades e a política de não-educação era uma forma de manter o estatuto de inferioridade do colonizado. Os africanos sem escrita eram considerados "fora da história" e só "entram na história através das formas de dominação" (:51). A língua passa a ser, depois de ignorada sistematicamente pelo co-

lonialismo tardio português, o elemento de continuidade da dominação colonial, e “a exacerbação da ‘lusofonia’ assenta nesse estrume teórico” (:57). Recorrendo a Saussure, o autor demonstra como uma comunidade lingüística é baseada na religião, convivência, defesa comum etc., o que é definido como etnismo. A relação desse etnismo com a língua é uma relação de reciprocidade, ou seja, é a relação social que tende a criar a língua, portanto, a língua não pode ser a pátria de ninguém. Essa fórmula pessoana apaga o peso dos “costumes” nas considerações sobre a língua, fazendo com que os povos com outros costumes possam ser lusófonos apenas por falarem português (minha pátria é minha língua... mas quem é que manda nessa pátria?). A idéia de uma pátria lingüística é uma hierarquia que apenas repõe aquela do Império.

É interessante ver o papel da língua brasileira em Portugal, através do avanço da mídia brasileira na Lusitânia. Na verdade, essa presença influenciadora é profundamente incômoda para a intelectualidade portuguesa, que acaba por reduzi-la a um sinal da “criatividade” natural do brasileiro. Esse falar brasileiro “criativizado” pelos portugueses repõe o mesmo preconceito lusófono: a criatividade e a criação artística são o outro lado da selvageria e, portanto, a natural criatividade do brasileiro é mais um sintoma de sua inferioridade intelectual, pois ao criativo é negada a razão, como forma de tentar conter dentro das estruturas de um lusofonismo detestável a presença da fala brasileira.

Aqui se pode questionar Margarido, mesmo reconhecendo a irônica provocação que é elevar a língua brasileira ao *status* de “língua oficial” da suposta lusofonia. Para tentar desmontar e provocar a intelectualidade portuguesa, profundamente incomodada com a presença do falar brasileiro, Margarido argumenta que é a língua brasileira a mais bonita, maleável e “erótica” e, portanto, a única candidata a uma suposta língua lusófona. É questionável recorrer, para criticar a lusofonia, à imagem estereotipada que ela própria reproduz, ao acentuar o caráter “erótico” do português falado no Brasil. Uma das características da lusofonia é a separação entre civilização e selvageria, na qual Portugal representa o processo civilizatório e a língua equivale a “civilizar”. Se assim é, o apelo à “natureza erótica” da fala do brasileiro é mais um recurso, mesmo quando usado ironicamente, à lusofonia, pois o brasileiro erotizado é rebaixado ao pólo “selvagem” dessa divisão básica do discurso lusófono. De fato, não é a fala do brasileiro que é erótica (afinal, o que é isso?), mas é porque ele é visto de modo erotizado que a fala é considerada erótica. Isto por si só dá a entender ao leitor brasileiro a força desse discurso lusófono em Portugal, pois nem mesmo seu crítico mais ácido consegue se desvencilhar dele completamente.

Ora, a lusofonia não passa de um “doce paraíso da dominação lingüística que constitui agora uma arma onde se podem medir as pulsões neo-colonialistas que caracterizam aqueles que não conseguiram ainda renunciar à certeza de que os africanos [e brasileiros, acrescentaria] só podem ser inferiores” (:71). A lusofonia serve como ferramenta de manutenção das distâncias racistas em que se baseou o discurso colonial após seu fim sangrento, apagando o passado e recuperando a antiga hegemonia. O que Margarido não diz explicitamente, mas que se pode derivar de seus argumentos, é como serve a lusofonia de estrutura da ordem hierárquica que escalona os imigrantes, “re-

síduos" do Império que procuram em Portugal fugir ao desastre que em casa foi a herança portuguesa. É uma suprema (e dolorida) ironia que os imigrantes sirvam como o campo preferencial de reordenação simbólica da ordem imperial.

Embora ao leitor brasileiro o tema da lusofonia debatido por Margarido praticamente não faça o menor sentido (o que é ótimo e dói nos ouvidos portugueses), para os países africanos recém-saídos do – e destruídos pelo – período colonial, a temática lusófona é, no mínimo, repugnante. Mas é preciso alertar ao potencial público objeto da ideologia "lusófona", os falantes de português, a não jogar o jogo da lusofonia, seja por subordinação causada pela miséria (no caso de Moçambique, Angola, São Tomé, Cabo Verde e Guiné), seja por desprezo (no caso do Brasil). Entre outras causas, é justamente por esse grande desprezo da opinião pública brasileira, que o mecanismo da CPLP pode curvar-se ao lusofonismo tacanho do governo português. Para imigrantes brasileiros e africanos das ex-colônias, entretanto, o discurso da lusofonia é uma armadilha terrível, pois o espaço lusófono, como mito que é, nunca se realizará na prática. A busca por direitos "especiais" baseados na lusofonia por parte de associações imigrantes oriundas do desastre colonial português, além de infecunda, apenas reforça essa "ideologia-estrume" (no dizer de Margarido).

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1999. *Ensaios em Antropologia Histórica.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 272 pp.

John M. Monteiro
Professor, Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp

Dividido em quatro partes, *Ensaios em Antropologia Histórica* reúne oito textos de João Pacheco de Oliveira sobre temas variados, revelando a trajetória acadêmica de um dos mais destacados etnólogos do país. Escritos em momentos diferentes com objetos e objetivos diversos, os ensaios trazem uma constelação de observações perspicazes, percepções originais e lições pertinentes de antropologia. Sempre preocupado em explicitar suas opções teóricas, suas posturas perante as políticas do Estado e seu compromisso com a responsabilidade social do antropólogo, João Pacheco mostra-nos várias faces dos múltiplos dilemas que o antropólogo enquanto etnógrafo, cientista social e cidadão enfrenta neste início de milênio.

O título do livro, antes de anunciar um recorte interdisciplinar específico, na verdade ganha vários sentidos ao longo dos oito capítulos. Já na apresentação, o autor estabelece que, "[n]este livro, a dimensão histórica foi escolhida como estratégica para uma reflexão sobre as sociedades e culturas indígenas do Brasil", pois, segundo ele, uma compreensão dessas sociedades e culturas "não pode passar sem uma reflexão e uma recuperação críticas de sua dimensão histórica". Por "dimensão histórica" ele entende os "eixos espaço-temporais" nos quais os indígenas atuam como "sujeitos históricos plenos" (:8). Se este caminho já vem sendo trilhado na etnologia brasileira há algum tempo, ainda persiste no Brasil a imagem

empedernida dos índios como eternos prisioneiros de uma idade da pedra. "É preciso", escreve João Pacheco, "retirar as coletividades indígenas de um amplo esquema dos estágios evolutivos da humanidade e passar a situá-las na contemporaneidade e em um tempo histórico múltiplo e diferenciado" (:9). Na medida em que esta perspectiva analítica é evocativa de uma terminologia e de um conceituário da antropologia política de algumas décadas atrás, o autor busca atualizar o significado e o alcance de algumas noções-chave – como a de "situação" – para os desafios da etnologia no Brasil hoje. Há situação para tudo quanto é gosto: situação colonial, situação histórica, situação etnográfica, situação de pesquisa, situação de perícia. Destas, a que ganha destaque especial é a situação etnográfica. Assim, o olhar para a dimensão histórica diz respeito não apenas à interação dos protagonistas que são os objetos da antropologia, mas também coloca em primeiro plano as condições conjunturais que influenciaram a produção antropológica, a começar pelo trabalho de Nimuendajú e desembocando na antropologia do próprio autor.

Esse exercício ganha força na primeira parte do livro, cujo título tão amplo quanto vago ("Etnografia Amazônica") esconde o caráter específico do objeto: a história ticuna. No texto inicial, Oliveira coteja "uma narrativa histórica convencional", isto é, baseada em documentos escritos e guardados pelos agentes indigenistas, com uma "possível história indígena", esta predicada na "atualização, dentro de determinada conjuntura, de uma forma narrativa da tradição ticuna" (:55). A complementaridade da análise histórico-antropológica é bem ilustrada no exemplo de Manuel Pereira Lima, Manuelão, chefe do Posto Indígena Ticuna nos anos 40 que, ainda hoje, possui uma imagem favorável entre os índios ("Foi puro chefe bom!", segundo um informante). Criticando as limitações de uma "análise situacional" para explicar a imagem de Manuelão, o autor afere um peso decisivo às "tradições culturais" ticuna: "[A] sua enorme capacidade de mobilização e a autoridade de que a sua palavra estava investida são fatores que só podem ser explicados com referência às crenças e costumes tradicionais dos ticuna" (:40).

O segundo artigo desta parte traz um excelente ensaio sobre a presença de Curt Nimuendajú entre os Ticuna. Mais especificamente, aborda o lugar de Nimuendajú na história ticuna e, concomitantemente, o lugar da história ticuna na etnologia de Nimuendajú. Ao realizar uma "etnografia da situação de pesquisa", João Pacheco refina o espectro de análise introduzido no primeiro capítulo, exemplificando através de Nimuendajú "como transformações históricas e de maior envergadura são pensadas pelos ticuna, indicando, inclusive, o importante papel que, segundo as tradições nativas, os brancos desempenham nesse processo" (:63). Nimuendajú, é claro, não constituía um branco qualquer. Testemunha ocular de um movimento profético em plena ebulição, o etnólogo alemão explicitou a intencionalidade por trás de sua pesquisa participante, em uma carta a Heloísa Alberto Torres: "Fiz uma romaria a esses lugares sagrados dos ticuna, o que aumentou enormemente a simpatia deles por mim" (:73). Mais uma vez, esse registro histórico-documental é cotejado com uma versão nativa, esta pautada pelo princípio da reciprocidade. Segundo os informantes ouvidos em 1981 por João Pacheco, "os ticuna gostavam muito dele [Nimuendajú] [...]

porque ele gostava muito dos ticuna também" (:77).

Mas o ponto central do ensaio reside na análise da "situação etnográfica", uma conjuntura histórica específica estruturada em torno da "tríade" formada pelo "pesquisador, os nativos e os brancos que os dominavam". Em virtude do controle que os patrões exerciam sobre os índios nessa tríade, o papel de Nimuendajú foi rapidamente transformado em uma postura de "contestação e estímulo à resistência por parte dos indígenas". Nesse sentido, argumenta o autor, nota-se "o involuntário (e quase inevitável) envolvimento do etnógrafo em processos sociais que afetaram a população estudada", tornandose, na verdade, "um agente de mudança em escala local" (:86-87). O exemplo de Nimuendajú entre os Ticuna – e isso certamente vale para a experiência prévia do mesmo etnólogo entre os Apapocúva-Guarani – aponta para a "singularidade" da etnologia brasileira, na qual a pesquisa etnográfica entre sociedades indígenas necessariamente acompanha a "ação indigenista". Reatualizado de maneira dramática em anos recentes, esse "nexo latente" continua a se expressar "não somente nas intervenções públicas dos etnólogos (enquanto cidadãos), mas também nas suas relações com os índios e a sociedade, nas condições de pesquisa e nos esforços interpretativos" (:90-91).

Essa incursão pela história da antropologia abre caminho para os outros ensaios de antropologia histórica que compõem a segunda e terceira partes do livro, nas quais o nexo entre etnologia e indigenismo se torna bem menos latente. A parte II ("Atravessando Fronteiras Étnicas") traz dois ensaios sobre a "mistura", o que pode se referir tanto aos chamados "índios misturados" quanto à mestiçagem interdisciplinar. O primeiro deles é uma versão do controvertido artigo que apareceu em *Mana* em 1998, no qual o autor critica os estudos "americanistas" por seu "desconforto" diante das "populações indígenas de baixa distintividade cultural" (:99). O texto gira em torno de três teses que o autor considera como obstáculos teóricos para uma melhor compreensão das sociedades indígenas no Brasil. As teses são, na verdade, *straw men*, ou seja, construções do próprio autor buscando ilustrar a posição de outros que não são claramente identificados. A primeira tese diz respeito à suposição de que "os índios (tal como falamos deles hoje) sempre existiram". Há, suponho, um consenso entre os antropólogos contemporâneos quanto ao equívoco da tese, porém é importante sublinhar suas implicações no contexto específico das "identidades emergentes". À medida que os antropólogos lutam contra a reificação da cultura e das unidades socioculturais, as identidades emergentes freqüentemente se fixam em marcadores essencializados, tais como o etnônimo e um território "histórico". O que leva, aliás, à segunda tese-problema: esta diz respeito à "conexão entre uma etnia específica e um espaço geográfico". Nesse ponto, o autor considera infrutíferos os esforços de antropólogos e historiadores em tentar estabelecer tal conexão, sugerindo que a maior contribuição que pode surgir das pesquisas etnohistóricas reside na necessidade de "repensar o processo de fragmentação e reconstituição das unidades étnicas, recuperando os fluxos culturais e as interconexões existentes entre elas" (:120).

Essa idéia de "fluxos culturais", emprestada de Ulf Hannerz, também aparece na crítica à terceira e mais problemática tese. Neste caso, João Pacheco formula a tese entre aspas, sem citar o

possível autor da frase: "[P]ara conhecer a verdadeira singularidade de uma cultura indígena seria preciso perseguir os elementos de sua cultura originária ou autóctone, isentos da mácula da presença de instituições coloniais". Aqui o autor se refere ao paradoxo que tanto marcou as etnografias clássicas que, apesar de produzidas no contexto do avanço colonialista, apresentavam as sociedades primitivas como sistemas fechados e totalmente independentes da influência do contato com o Ocidente. Também se refere à idealização da cultura indígena presente nos clássicos da etnologia brasileira, mesmo sob a égide da noção de aculturação e, portanto, do paradigma da mudança cultural. Mas a crítica parece se dirigir a outro endereço: aos "estudos americanistas", ou seja, à área de estudos etnológicos voltados para as terras baixas da América do Sul e centrados na Amazônia. Para o autor, entre as "prioridades e premissas" desses estudos figuram "uma idealização do passado e de uma pureza original, [uma] naturalização da situação colonial e ainda [uma] etnologia das perdas culturais". Estas prioridades e premissas teriam de ser discutidas, segundo o autor, "à luz de uma *antropologia histórica*" (:118, ênfase do autor).

Mas *qual* antropologia histórica? Aqui as possibilidades de diálogo se tornam difíceis, pois estamos falando de concepções distintas de história e de agendas diferentes para a etnologia. No capítulo que segue, sobre os índios nos censos nacionais, o autor identifica em termos mais explícitos o que ele entende ser o uso limitado da noção de história nos estudos americanistas. Nestes, "a história é somente um veículo transportador dessas culturas, de sua condição passada de plenitude até o momento atual [...] ocasião em que muitas vezes já estão despojadas de sua unidade e sistematicidade" (:124). A crítica de João Pacheco pode fazer algum sentido, tendo em vista que uma parte expressiva dos estudos etnológicos dá relativamente pouca importância ao contato e ao colonialismo na análise e na explicação das estruturas sociais e simbólicas dos índios. Mas o autor parece exagerar na dose, deixando de levar em conta que uma problematização da história vem sendo um dos elementos mais importantes que caracterizam os atuais estudos etnológicos sobre as sociedades indígenas na Amazônia. Do mesmo modo, assistimos também nesses estudos a um progressivo abandono do enfoque sobre unidades fechadas e à correspondente abertura para sistemas regionais multissocietários e multilingüísticos.

A terceira parte do livro, "Indigenismo, Pluralismo e o Papel do Antropólogo", apresenta três ensaios que, apesar de um pouco menos preocupados com a antropologia histórica, repisam vários temas suscitados nos textos anteriores. No ensaio que aborda o lugar dos índios na formação histórica do Estado nacional, surge uma penúltima gradação da noção de antropologia histórica, à medida que o autor pincela a maneira pela qual os índios foram (e são, em muitos casos) caracterizados como artefatos do passado, "fósseis vivos" nas palavras marcantes de um sertanista da Funai. Retomando alguns comentários sobre a demografia indígena, João Pacheco chama a atenção para a ambigüidade do binômio exclusão/inclusão. O "senso comum" sustenta que os índios são sempre "exteriores à sociedade nacional" (:130), o que levou os censos comuns a enfeixar populações em categorias genéricas de classificação social, freqüentemente referenciadas no ideal da mestiçagem (ca-

boclos, pardos). Do mesmo modo, a "representação mais comum sobre o índio" desloca-o para o passado, "seja aos primórdios da humanidade, seja aos primeiros capítulos da História do Brasil" (:196). Mas esse deslocamento é relativizado constantemente pela renovação do mito da avó índia caçada a laço ou a dente de cachorro, na verdade tão presente na Amazônia e no Nordeste quanto no interior paulista ou catarinense. A proximidade genealógica dos índios às famílias brasileiras – sempre pela linha materna, como observa o autor (algo "confirmado" recentemente por pesquisas de geneticistas em Minas Gerais) – realça o caráter ambíguo da exclusão e levanta questões interessantes sobre o laço entre o "senso comum", o pensamento social e a política indigenista ao longo dos últimos dois séculos.

O autor encerra o livro com um longo depoimento – o antropólogo por ele mesmo –, apresentando uma autobiografia intelectual na forma de um memorial. Geralmente uma leitura reservada às bancas de concursos de provas e títulos, o memorial constitui um gênero narrativo que, via de regra, é escrito de maneira perfunctória. Vencido o "peculiar desconforto" inicial do etnógrafo ao se defrontar com a tarefa da auto-etnografia (desconforto, aliás, não compartilhado por todos os etnógrafos contemporâneos), o autor trata da própria carreira com a mesma sensibilidade e estilo que marcam os primeiros ensaios do livro. Encontramos, nesta seção final, uma última variante da "antropologia histórica": trata-se do tempo e da trajetória do autor, submetidos a uma (auto)análise processual. Investindo no estilo, o autor conduz o leitor pelos meandros de sua formação através da metáfora da viagem – metáfora esta também utilizada por ele em seus estudos sobre o fenômeno da "emergência étnica" (*A Viagem de Volta*). Diferente do viajante onisciente do passado, o etnógrafo contemporâneo cai inevitavelmente nos *blurred genres*: é simultaneamente navegador e aprendiz, é tanto sujeito quanto objeto. Sensível à força das categorias colonialistas, não as abandona mas as domestica, em uma nova rotação de perspectiva. É ele que é batizado, é ele que experimenta a conversão. E é ele que se propõe a realizar a viagem de volta: pensa em "utilizar a própria experiência de trabalho de campo para refletir sobre a relação entre situação etnográfica e produção científica" (:259). Em seu conjunto, para fazer eco ao bom prefácio de Roberto Cardoso de Oliveira que apresenta o livro, *Ensaios em Antropologia Histórica* entra no roteiro de leituras obrigatórias dos colegas de profissão. É uma leitura importante também para os jovens estudantes de antropologia, que hoje dispõem de um leque cada vez mais aberto de depoimentos e de diários de antropólogos, revelando aspectos da formação, da aventura do trabalho de campo, dos dilemas políticos e, sobretudo, da responsabilidade social do pesquisador.

RICARDO, Carlos Alberto (ed.). 2000. *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000.* São Paulo: Instituto Socioambiental. 832 pp. (mapas, ilustrações, gráficos, tabelas).

Francisco Silva Noelli
Professor, Universidade Estadual de Maringá

A publicação dessa obra de consulta obrigatória consolida e coroa o esforço de várias pessoas devotadas à autodeterminação dos 350 (ou 500) mil "indí-

genas" no Brasil, dando continuidade à publicação dos balanços/relatórios *Povos Indígenas no Brasil 1987-1990* e *Povos Indígenas no Brasil 1991-1995*. Trata-se de um sólido guia que traça o perfil mais atual e completo das múltiplas facetas do cotidiano vivido dentro e fora das Terras Indígenas (TIs), fruto da permanente atualização do banco de dados do Instituto Socioambiental (ISA) com as mais diversas informações da sua área de atuação.

O livro, cuja edição é a mais bela dentre todas as edições de *Povos Indígenas no Brasil*, está ricamente recheado com informações de primeira linha, iniciando com doze narrativas indígenas sobre a origem do mundo, a chegada dos brancos e o descobrimento do Brasil, uma delas registrada no Maranhão do início do século XVII. É composto de 81 artigos assinados, inéditos em sua maioria, escritos por acadêmicos, indígenas, indigenistas, jornalistas e políticos. Reproduz uma larga série de 1.713 matérias/notícias anteriormente publicadas, completas ou resumidas, extraídas de periódicos e jornais, sintetizando os principais eventos que em todo o Brasil envolveram índios e não-índios. Estão incluídos quadros com documentos avulsos, leis e projetos de lei que retratam a situação jurídica e as demandas pró e contra a autodeterminação dos diversos povos. Os seus 27 mapas foram preparados a partir de imagens de satélite, propiciando ao leitor meios muito precisos para identificar locais e temas diversos, desde a posição geográfica das TIs até aspectos mais específicos como áreas de desmatamento e a identificação de jazidas para mineração. Há muitas tabelas, com destaque para a "lista dos povos indígenas no Brasil contemporâneo", que apresenta dados sobre o nome de cada povo, outros nomes ou grafias, família/língua, UF (Brasil), países vizinhos, censo/estimativa populacional, ano da informação. São importantes as tabelas que revelam detalhes regionais sobre as populações, a situação jurídica das suas terras e várias outras observações úteis para a compreensão de aspectos locais. Foram incluídas 270 fotografias, diversos grafismos, algumas charges que embelezam a obra e ampliam sua capacidade documental e narrativa.

Apresenta entrevista com o ex-presidente da Funai, Carlos Marés, e comentários sobre a legislação atual, sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso e sobre aqueles em processo de elaboração. Foram realizadas análises sóbrias, informativas, a respeito do confronto de interesses em relação às riquezas das TIs e ao conhecimento biológico tradicional, camuflados no bojo de complexos aparatos legais que foram gerados visando a exploração de minerais, de biotecnologia, de madeiras e das drogas vegetais.

Há a divulgação dos resultados da primeira pesquisa nacional de opinião ISA/IBOPE, em que 2 mil entrevistados manifestaram suas opiniões a respeito dos povos indígenas. A análise das respostas revelou que os brasileiros urbanos ou que vivem longe das áreas indígenas possuem opiniões favoráveis a essas populações, com margens acima de 70%. Também revelou o interesse positivo pelo futuro dos povos indígenas, especialmente pela preservação dos seus territórios e manutenção das suas culturas.

Os 81 artigos destacam os principais temas em pauta ao longo dos cinco anos abrangidos pela obra, tanto os assuntos mais antigos e recorrentes, como o das demarcações, quanto as questões mais recentes, a exemplo do direito autoral, do direito de imagem, do di-

reito de usufruto e o reconhecimento do papel das comunidades indígenas na preservação da biodiversidade. Além desses, merecem destaque os artigos que abordam os avanços da educação indígena, a exploração e as pretensões para exploração do subsolo das TIs, a questão das missões religiosas, o desenvolvimento sustentável na Amazônia, as manobras políticas contra a autodeterminação, a consolidação das associações indígenas e o estado em que se encontram os projetos governamentais de desenvolvimento regional. Também são enfocados temas como a questão da saúde e das doenças, o avanço do conhecimento das línguas e o problema da sobreposição de TIs com os diversos tipos de áreas de preservação ambiental. Destaque para o aperfeiçoamento dos censos e dos estudos demográficos, que revelam crescimento populacional, em que pesem as condições precárias em que vivem muitas populações, as altas taxas de mortalidade infantil de alguns povos e o grave problema das epidemias, com ênfase em um surto de catapora que ocorreu recentemente, matando 3% dos Araweté.

As informações específicas sobre os povos indígenas vêm distribuídas conforme uma divisão geográfica preestabelecida: 1) nordeste amazônico; 2) Roraima lavrado/Roraima mata; 3) Amapá/norte do Pará; 4) Solimões; 5) Javari; 6) Juruá/Jutaí/Purus; 7) Tapajós/Madeira; 8) sudeste do Pará; 9) Nordeste; 10) Acre; 11) Rondônia; 12) oeste do Mato Grosso; 13) Parque Indígena do Xingu; 14) Goiás/Tocantins/Maranhão; 15) leste do Mato Grosso; 16) Leste; 17) Mato Grosso do Sul; 18) Sul. Para todas as regiões foram incluídas notícias sobre as TIs e alguns artigos que sintetizam as diversas questões e eventos que ocorreram nos últimos anos e um resumo dos processos históricos mais significativos que desembocam em acontecimentos que agora recebem grande destaque.

O principal mérito do livro é a transparência do firme posicionamento político que sustenta a trama dos seus artigos e dados diversos, agindo francamente pelo estabelecimento da autodeterminação dos povos indígenas, baseados nos melhores valores éticos e científicos. Essa atuação não decorre apenas do cotidiano do grupo do ISA e dos seus colaboradores, mas do constante exercício de aprendizagem em termos políticos, científicos, jurídicos e humanitários. A construção contínua do banco de dados e a ampliação constante do campo de atuação do ISA, cabalmente manifestadas nos três densos volumes dos *Povos Indígenas no Brasil*, são reveladoras do alto nível profissional, da mobilidade operacional ímpar em termos de instituições brasileiras e da capacidade de compor alianças produtivas em torno da causa indígena, diante de lutas muito duras. Enfim, é um livro que resulta da soma de boas qualidades humanas e profissionais, tornando-se o painel mais completo sobre a situação indígena no Brasil do fim do século XX.